

BOLSA FAMÍLIA: UMA REFLEXÃO SOBRE A CONDICIONALIDADE DA FREQUÊNCIA ESCOLAR E O IMPACTO NA EDUCAÇÃO DOS JOVENS.¹

Lara Brum de Calais*
Daniela Almeida Brum**

RESUMO:

O Programa Bolsa Família (PBF) é uma política pública implementada no ano de 2003 pelo Governo Federal brasileiro, caracterizado pela transferência de renda, cujo objetivo é promover auxílio econômico à população que vive em situação de extrema pobreza e romper com a transgeracionalidade da mesma. Para alcançar essas propostas, o PBF adota condicionalidades relacionadas à educação e à saúde, como a exigência de 85% de frequência escolar, a continuidade da vacinação, o acompanhamento nutricional e o pré-natal das famílias beneficiárias. Com base nesse contexto, este estudo visa analisar as implicações da condicionalidade de frequência escolar na qualidade de ensino dos jovens, por meio de entrevistas realizadas com professores de uma escola da rede pública municipal, na cidade de Juiz de Fora. São demonstrados, a partir de outros estudos, uma redução no número de evasão, um aumento da frequência escolar e um aumento no número de crianças e adolescentes matriculados desde a implementação do programa. A partir da análise e das discussões propostas no presente estudo, possibilitou-se uma compreensão qualitativa a respeito do impacto dessa política de transferência de renda na educação, partindo do ponto de que a frequência escolar, enquanto uma condicionalidade do PBF, não garante necessariamente uma educação de qualidade para os beneficiários, mas, a partir do conhecimento e sensibilização dos profissionais/professores, podem-se alcançar efeitos na qualidade da educação.

Palavras-chave: Bolsa família. Política pública. Educação. Condicionalidade.

¹ Artigo recebido em 23/08/2016 e aprovado, após modificações, em 10/11/2016. Pesquisa aprovada por Comitê de Ética em Pesquisa pelo parecer 1.218.279

* Psicóloga, mestre e doutoranda pela UFJF. Docente do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. @:laracalais@hotmail.com

** Graduanda em Psicologia pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. @:danielabrum15@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O Bolsa Família é um programa social que busca reduzir o índice de pobreza e desigualdade através da transferência de renda para famílias que se encontram em situação de extrema pobreza (ESTRELLA; RIBEIRO, 2008). O benefício concedido às famílias está relacionado ao contexto socioeconômico e à composição familiar dos beneficiários. Para que as famílias tenham acesso ao benefício, devem cumprir algumas condições que o programa exige, com intuito de monitorar as ações e propiciar a equidade na distribuição da renda (CAMARGO; PAZELLO, 2014).

Dessa forma, a proposta do programa se constitui a partir das seguintes dimensões: auxílio imediato para as famílias que se encontram em situação de extrema pobreza; ruptura da transmissão da pobreza entre gerações, através das condicionalidades, que reafirmam os direitos sociais nos campos da educação e da saúde e implementação de políticas sociais voltadas para a melhor qualidade de vida das famílias beneficiárias (AMARAL; MONTEIRO, 2013).

Portanto, PBF visa, a curto prazo, reduzir o nível de pobreza das famílias, com melhorias nos aspectos educacionais e de saúde. A longo prazo, o programa busca acabar com a transmissão da pobreza entre gerações, ou seja, possibilitar que pessoas que venham de famílias com escassez de recursos socioeconômicos passem a ter melhores condições financeiras. Para isso, o programa possui condicionalidades de educação e saúde, exigindo frequência escolar, vacinação, acompanhamento nutricional e pré-natal por parte dos filhos dos beneficiários (ESTRELLA; RIBEIRO, 2008; AMARAL; MONTEIRO, 2013; CAMARGO; PAZELLO, 2014).

No que se refere à educação, a condicionalidade para continuidade de recebimento da renda exige a frequência mínima de 85% de presença das crianças e adolescentes entre a faixa etária de 6 a 15 anos nas aulas, enquanto que, para alunos de 16 e 17 anos, é de 75%. O não cumprimento dessa exigência implica desligamento do beneficiário do programa (BRASIL, 2010). Essa condicionalidade está relacionada com o objetivo a longo prazo apresentado pela política, visto que é através dela que o programa pretende fazer uma ruptura com a transmissão intergeracional da pobreza (AMARAL; MONTEIRO, 2013). Não existe uma delimitação de tempo de permanência no

programa, sendo que o que pode implicar desligamento da família é o descumprimento das condicionalidades. A lei define que todas as instâncias do governo são responsáveis pelo acompanhamento do cumprimento das condicionalidades, porém, na prática, o município torna-se o principal gestor do PBF (MONNERAT et al., 2007). No Brasil, dados obtidos no ano de 2008 indicaram resultados favoráveis tanto com relação à renda quanto à diminuição de repetência escolar. Alunos que cumprem a condicionalidade da educação do programa possuem índices até 40% menores de repetência do que aqueles que não cumprem (OLIVEIRA; SOARES, 2013).

Diante disso, o objetivo deste estudo é analisar a condicionalidade da frequência escolar do PBF e o impacto na educação de jovens, a partir da perspectiva de professores de duas escolas públicas de Juiz de Fora. O tema pesquisado é de relevância já que possibilita uma ampliação da reflexão, principalmente por parte dos profissionais que trabalham direta ou indiretamente com o programa, acerca do funcionamento e impacto do Programa Bolsa Família, o qual busca alcançar um determinado objetivo, através das condicionalidades fixadas como critérios. Foram entrevistados seis professores, por meio de uma entrevista semiestruturada, contendo perguntas acerca do conhecimento dos profissionais sobre o PBF, tais como: de que forma se dá o acompanhamento dos alunos beneficiários do Programa; seu conhecimento em relação à realidade desses alunos; a forma como observa a relação entre frequência escolar e o recebimento do benefício e se essa relação causaria algum impacto na qualidade da educação; e, por fim, se o professor acredita que a articulação entre o Bolsa Família e a escola pode contribuir para a melhoria da educação no Brasil. Após o consentimento dos entrevistados e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), as entrevistas foram realizadas por meio de uma gravação via celular, transcritas e avaliadas pelo método de análise do discurso. A partir do resultado da pesquisa, pôde-se fazer um questionamento a respeito dos desdobramentos do funcionamento do programa e ainda pensar sobre novas formas de fazer com que os objetivos ultrapassem uma perspectiva numérica de alunos inseridos no contexto da educação e alcancem a necessidade de priorização da qualidade na educação brasileira.

2. SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: A RELAÇÃO ENTRE POBREZA E EDUCAÇÃO

A primeira pesquisa de avaliação de impacto do Programa Bolsa Família foi realizada pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR – UFMG), em 2005, na região Nordeste, Sudeste e Sul e nas regiões Norte e Centro-Oeste. Foi utilizada a técnica de Pareamento com Escore de Propensão, que compara determinadas características de famílias participantes do PBF e não participantes. Após a pesquisa, concluiu-se que a frequência escolar em um determinado mês, para crianças pobres de 7 a 14 anos, apresentou-se maior entre os alunos que fazem parte do programa do que os que não fazem. Esses alunos apresentaram a não frequência escolar 3,6 pontos percentuais a menos do que os não beneficiários. No Nordeste, essa diferença apresentou-se de forma ainda mais significativa, com 7,1 pontos percentuais a menos. Entre crianças de famílias que vivem em extrema pobreza, o percentual encontrado foi de 6,5 para a Região Sudeste, e 12,3 no Sudeste/Sul (SILVA; BRANDÃO; DALY, 2009).

Outra pesquisa realizada em 2008, coordenada pelo DataUFF, com famílias beneficiárias no Nordeste, executou a análise de determinados impactos das condicionalidades do PBF e obteve dados relevantes com relação aos motivos de evasão escolar e ao grau de escolaridade dos responsáveis legais pelo benefício a partir da faixa etária. Concluiu-se que, quanto maior a faixa etária, maior a necessidade de inserção no mercado de trabalho e, com isso, sendo este um dos fatores mais preponderantes para a evasão escolar (SILVA et al., 2009). A partir disso, compreende-se que há um impacto já apresentado por pesquisas realizadas acerca do tema, que demonstram um aumento da inserção de crianças e jovens na educação a partir da instituição do programa. No entanto, tal impacto quantitativo não produz uma relação direta com os efeitos qualitativos na educação brasileira.

Sendo assim, o objetivo do programa vai além da transferência de renda, buscando promover um maior nível de escolaridade de jovens em relação ao de seus pais, com a finalidade de romper a transferência de pobreza entre gerações, possibilitando que esses jovens beneficiários sejam inseridos no mercado de trabalho e adquiram qualificação profissional. Levando em consideração que, para alcançar esse objetivo, existe a

condicionalidade de frequência escolar do PBF, surge um questionamento em relação à efetividade da condicionalidade enquanto dispositivo de promoção da educação no país. Portanto, é necessário se pensar a respeito do impacto qualitativo de tais ações de políticas públicas na educação, considerando que o fato de esses jovens estarem vinculados a uma instituição de ensino não necessariamente dá sustentação para uma educação de qualidade, nem mesmo cria uma relação direta entre permanência na escola e qualidade da educação.

2.1 A POBREZA NO CONTEXTO BRASILEIRO

O fenômeno social denominado pobreza é caracterizado como complexo, multidimensional e relativo. Acarreta, portanto, diferentes formas de definição e compreensão. Dentre inúmeras dimensões, costuma-se focar no elemento de renda para definir quem é pobre ou não. No entanto, vale destacar que a pobreza também possui aspectos políticos, culturais e territoriais complexos, que constroem posições hierarquicamente desiguais. Tendo em vista o aspecto político do que se denomina como “pobreza”, entende-se pela definição daqueles que possuem uma situação socioeconômica inferior não como aquele que tem ou é carente de algo, como renda, capital social e cultural ou bens públicos (ÁVILA, 2008).

A partir do desenvolvimento do sistema capitalista, com a exploração da força de trabalho, com as revoluções tecnológicas e com a acumulação de capital, a má distribuição de renda se consolidou, concentrando o poder nas mãos de alguns e deixando a maior parte das pessoas sem obter e usufruir da riqueza socialmente construída (SANTOS; ARCOVERDE, 2011). Nesse sentido, o Brasil não deveria ser caracterizado como um país “pobre”, mas sim com uma população “pobre”, pois o mesmo é considerado um país de renda per capita média, onde os recursos obtidos seriam satisfatórios para assegurar o mínimo a todos, de modo que a constante pobreza absoluta do país ocorre devido à má distribuição da renda (SILVA JUNIOR; SAMPAIO, 2010). O que acontece é que a desigualdade, principalmente relacionada à renda, é tão marcante na história brasileira que adquire a conotação de algo natural, inato. Além disso, o intenso grau de desigualdade distributiva é o principal fator causador da pobreza (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000).

Inserida nesse panorama, a educação brasileira é afetada de forma significativa devido à situação socioeconômica inferior, vivenciada por muitos segmentos da população. A baixa qualidade educacional das escolas que trabalham com a população menos favorecida, segundo Guimarães-Losif (2009), colabora para o aprofundamento da pobreza e da desigualdade social, afetando, assim, a aprendizagem e os direitos como cidadão dos alunos e dos professores.

2.2 BREVE PANORAMA DA EDUCAÇÃO DO BRASIL

O sistema educacional brasileiro funciona atualmente a partir do que foi instituído na Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 e pela aprovação do Plano Nacional de Educação PNE2, em 2001. Essas leis estabelecem a forma de organização e gestão da educação nacional e as possíveis políticas a serem implementadas para contribuir com o fluxo escolar – acesso e permanência das crianças e jovens na escola - gestão democrática e a qualidade da educação. A educação no Brasil se estrutura de forma descentralizada, marcada por diferenças entre as cinco regiões do país – Sudeste, Nordeste, Centro-oeste, Norte e Sul. Sendo assim, cada uma dessas regiões possui demandas específicas e, conseqüentemente, políticas diferenciadas. Dessa forma, a coordenação das ações e políticas é função da União, através do Ministério da educação MEC, articulado aos poderes públicos Estaduais e Municipais (DOURADO, 2005).

Klein (2006) entende que, para que a educação seja de qualidade, a mesma deve ser universalizada, o que significa que todas as crianças e adolescentes possuam acesso à escola e, além disso, as escolas devem promover a aprendizagem desses jovens, o que leva à aprovação a cada nível educacional. Atualmente a grande maioria das crianças frequenta a escola, no entanto o problema é que existem defasagens significativas de recursos educacionais que, entre outros motivos, fazem crescer os índices de evasão escolar. Dois dos principais problemas que contribuem para a evasão escolar são a má qualidade do ensino e a reprovação dos alunos, que são retidos na mesma série quando não correspondem às expectativas das avaliações. Entretanto, a má qualidade da educação não afeta todos da mesma maneira,

atingindo principalmente crianças que se encontram em situação de grande vulnerabilidade e pobreza, sendo que, na maior parte das vezes, as escolas não estão preparadas para trabalhar com essas diferenças (SCHWARTZMAN, 2015).

É de responsabilidade do Governo Federal a promoção de ações e políticas, com intuito de garantir à população o acesso às escolas e à qualidade do sistema educacional do país. Apesar de o primeiro objetivo ter sido significativamente alcançado, a qualidade educacional articulada a outros problemas, como a dificuldade de aprendizagem dos alunos e a evasão escolar, ainda são questões não resolvidas e que não possuem soluções mágicas (DOURADO, 2005). Outras questões, como o conteúdo lecionado e a formação dos professores, são levantadas, problematizando o fato de que muitos desses profissionais não possuem a formação necessária para proporcionar uma educação de qualidade e enfrentar problemas que afetam a escola pública que atendem à população em situação de pobreza e vulnerabilidade (SCHWARTZMAN, 2015).

Diante desse contexto, o Governo Federal, no ano de 2003, colocou como prioridade as políticas de inclusão social na educação, a partir da implementação do PBF, que surgiu através da ampliação do programa Bolsa Escola para famílias carentes com crianças em idade entre 7 e 14 anos, e políticas para o acesso aos cursos superiores. O Brasil é conhecido por ter um dos mais elevados níveis de desigualdade social e isso está estritamente relacionado à educação, tendo em vista que, quando a desigualdade é extrema, existem diferenças significativas no acesso aos recursos e benefícios da educação. Dessa forma, o Brasil possui uma sociedade em que a diversidade étnica e racial está muito presente, produzindo fortes correlações entre origens étnicas/raciais, classe, oportunidades de educação e desempenho na escola. Portanto, tais programas buscam a equidade para o acesso à educação de qualidade para toda a população (SCHWARTZMAN, 2015).

Nesse sentido, o PBF, possui como objetivo fazer com que as famílias que se encontram em situação de pobreza não necessitem do trabalho de seus filhos para sobreviver, estimulando a frequência dos mesmos à escola. De fato, entre as famílias mais pobres, o programa parece fazer alguma diferença ao

colocar as crianças na escola (SCHWARTZMAN, 2015), porém é necessária uma reflexão a respeito de seu impacto em relação à qualidade da educação.

A partir de toda essa discussão sobre a temática educacional, entende-se que não há uma solução simples para resolver todos esses problemas; é necessário refletir, discutir e pesquisar sobre o tema, buscando novos caminhos para se pensar sobre o sistema educacional e as políticas governamentais (SCHWARTZMAN, 2015). Ao propor essa pesquisa, que visa uma análise qualitativa acerca do impacto da condicionalidade educacional, problematiza-se no sentido de apontar a efetividade de contribuição do programa na educação, assumindo o recorte municipal, e possibilitar caminhos para o controle social a partir da problematização acadêmica de tais questões.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram realizadas entrevistas com professores/as de escolas municipais de Juiz de Fora a respeito do Programa Bolsa Família, a partir de um roteiro previamente elaborado pelas pesquisadoras. O acesso aos/as professores/as foi facilitado por meio de um curso de formação, a partir do qual os/as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Inicialmente, é importante salientar o desconforto percebido pelas entrevistadoras, quando os/as participantes precisavam responder sobre o seu conhecimento em relação ao programa em questão. Ao serem questionados sobre essa temática, todos os informantes demonstraram certo desconhecimento e abordagem superficial em suas falas, como podemos constatar nos relatos a seguir.

A descrição superficial do programa certifica o escasso conhecimento dos entrevistados: “É um programa de ajuda do governo, para pessoas carentes né... e a finalidade é tirar o máximo possível de pessoas da miséria, miséria extrema. É isso que eu conheço.” Ou em outra fala: “É um programa do governo federal que favorece os alunos, as famílias de baixa renda”. Além da superficialidade, os/as profissionais referem-se ao programa como essencialmente assistencialista. Um programa que, aparentemente, visa apenas à erradicação da pobreza, sendo que o mesmo é evidenciado como um problema complexo e, assim, exige uma solução mais aprofundada (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

O PBF possui inúmeros objetivos: além de tirar famílias da extrema pobreza, visa ao combate à fome e à desigualdade; garante o acesso aos direitos sociais primordiais à vida e à inclusão social; e constrói, dessa forma, meios para que elas saiam das variadas situações de vulnerabilidade. Além disso, é um programa que, entre outras condicionalidades, preconiza que crianças e adolescentes de 6 a 15 anos estejam devidamente matriculadas nas escolas, com a frequência mínima de 85% da carga horária mensal, para que possam manter o recebimento do benefício (SILVA, 2009, p.9).

A condicionalidade referente à educação apresenta-se entre os entrevistados como uma informação predominante. No entanto, alguns acompanham ou têm apenas acesso a esses alunos através da frequência, sendo que outros não acompanham de forma alguma. Essa informação não parece chegar aos professores de maneira explícita, e sim ser constatada por eles mesmos, na prática: “Então a gente não tem essa informação. Eu tive a informação porque eu vi marcado no meu diário “BF”, depois eu descobri que era o Bolsa Família” e “Agora a escola não manda, não manda para gente um relatório, uma relação de alunos, dos alunos que possuem o programa. Que são beneficiários do programa na verdade.” Considera-se que, para além de um acompanhamento individual, é relevante que o educador possa ter acesso ao público e a territórios atendidos, de forma que possa ampliar sua compreensão sobre a realidade social dos estudantes, podendo, assim, potencializar estratégias de promoção de protagonismo e enfrentamento às vulnerabilidades.

Apenas dois dos entrevistados referem-se às outras condicionalidades estabelecidas pelo programa, tais como o vínculo com as unidades de saúde e as questões relacionadas à nutrição: “As mães que participam desse programa, as famílias, se elas tiverem filhos pequenos, elas têm que ter o compromisso de levar pra pesar, não recebe só essa transferência de dinheiro não.” Os próprios profissionais se colocam muito distantes da construção e controle social da política. Como protagonistas na formação de cidadãos, os professores são a peça-chave, principalmente por trabalharem diretamente na educação da população. Portanto, todos os profissionais, inclusive os professores, precisam estar cientes do seu papel como educador, das políticas voltadas para seu exercício e daquele para quem transmite seu saber.

A partir das entrevistas, é possível apontar que as crianças e os adolescentes das escolas entrevistadas, cujas famílias são beneficiárias, estão cumprindo a frequência. Os familiares evidenciam aos professores, de certa forma, estarem conscientes sobre a exigência. No entanto, os/as educadores/as desconhecem as especificidades relacionadas à condicionalidade referente à educação, como nos relatos: “Então os alunos aqui são bem assíduos, vêm à aula, entendeu. São bem frequentes, você vê que a gente tá no término do ano e o aluno tá aqui ainda. Tá em aula, tá fazendo atividade.”. “O medo de cortar devido a uma ou duas faltas. Elas não têm a consciência de quantas faltas podem ter.”

Em contrapartida, a principal importância da presença do aluno em sala de aula deve ocorrer de acordo com a efetiva proposta do rompimento da intergeracionalidade da pobreza através do ensino, o qual acaba sendo reduzido apenas à frequência do aluno. Essa proposta, que vai além da “simples” presença do aluno, parece não chegar ou não ser compreendida pelos usuários do programa, devido ao pouco conhecimento que detêm sobre ele. Existe ainda, segundo um dos entrevistados, aquele aluno que vai à aula e se esforça para aprender, estudar e se dedicar: “Existe aquele aluno que se preocupa em vim por causa do bolsa família e que vem, e que tenta se esforçar pra aprender, pra estudar e se dedicar, e existe aquele que simplesmente tem a preocupação de vim por causa do bolsa família.”

Assim como os profissionais da educação, os familiares que, em sua maioria, não tiveram acesso à educação demonstram o conhecimento superficial com relação ao verdadeiro objetivo da implementação da política pública em questão e o não desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a política. Como exigir o reconhecimento do valor da educação, não somente da frequência do aluno, a essas pessoas que estão tão distantes da discussão que tem como protagonistas eles próprios?

A população denominada “pobre” deveria ser considerada como sujeito protagonista das políticas públicas a ela destinada. No entanto, em grande parte das vezes, são tomados como objetos frente às suas próprias situações e realidades. Em virtude da vida em uma sociedade marcada pela alienação e reprodução de lógicas de exclusão, não é possível esperar uma descrição adequada dessas pessoas a respeito de sua situação e, assim, chegar a uma

visão crítica sobre a política que a interpela. Vale questionar, portanto, para quem essa política pública deve ser explicada? A serviço de quê funciona a manutenção do desconhecimento?

Entende-se que há uma visão de mundo pautada em hierarquias históricas que se reflete no discurso dos entrevistados quando indagados sobre o conhecimento que têm com relação à realidade social vivenciada pelos alunos: “[...] muitos ficam ‘a, minha mãe amanhã vai receber o bolsa família e vai pra rua beber; ah, amanhã não venho na aula porque a minha mãe vai receber o bolsa família e vai sair pra comprar as coisas, roupa, um monte de coisas’.”

O discurso do professor acima trata de uma das possibilidades de experiência com o recebimento do benefício. No entanto, é importante problematizar tais ocorrências. Por que alguns pais fazem uso do dinheiro para outros fins, sem ser para as crianças em questão? Será que eles reconhecem o verdadeiro valor da educação?

Bom, é...Como é uma escola pública e a realidade dos alunos já é de um modo geral, assim, bem difícil, então especificamente cada caso não tem como saber porque são muitos alunos, então não tem como a gente saber individualmente a realidade de cada um, a gente sabe de um modo geral, né [...]

Apesar da falta de conhecimento de alguns professores acerca de quais alunos são beneficiários e de seu conhecimento superficial sobre o programa, é importante que estejam cientes das problemáticas socioculturais e individuais relacionadas com os alunos da escola na qual eles lecionam. No entanto, a maioria dos entrevistados nas escolas são contratados pela prefeitura da cidade, ou seja, devido à grande rotatividade de professores, a realidade dos alunos não é captada em sua completude. Dessa forma, o profissional detém informações superficiais, dificultando ainda mais o trabalho que deveria ser pautado na pluralidade cultural e territorial, levando em conta as individualidades e necessidades.

A escola, independentemente da existência do PBF, por exemplo, possui responsabilidades quanto à formação de todos os indivíduos de uma sociedade. Ela possui como objetivo desenvolver cidadãos críticos e conscientes. Ou seja, para além da frequência escolar, o direito à educação de qualidade tem sido garantido pelas políticas públicas? De acordo com a maioria dos entrevistados, se o aluno está frequente, então a qualidade do ensino é impactada positivamente. A pergunta referente a essa questão

REVISTA PSIQUE, Juiz de Fora, v. 2, n. 3, p. 35-51, jan./jun. 2017

durante as entrevistas foi a seguinte: Tendo a frequência como condicionalidade do programa, você considera que isso produza impacto na qualidade da educação do jovem?

Entre as respostas, a seguinte deixa claro tal posicionamento: “Acredito que de certa forma sim, porque o jovem presente, o aluno frequente né, ele vai ter mais condições de poder absorver o conhecimento do que aquele aluno que simplesmente não vem. Então acredito que sim.” Outros professores entendem que, ao estar presente em sala de aula, o aluno tem contato com o conteúdo transmitido. Dessa forma, o mesmo não perde o que é passado em sala e consegue acompanhar a turma. Em contrapartida, outro informante acredita que a qualidade da educação se encontra diretamente relacionada com a frequência escolar. Segundo ele, o importante é estar presente e, mesmo se o aluno demonstrar dificuldades na aprendizagem, é dever da escola trabalhá-las, independentemente do estudante ser atendido ou não pelo PBF. Assim afirma o informante:

Mas ele estar na escola é condição, né... Primeira pra que ele possa ter contato, né? Com a mediação que é feita na sala. Então se ele não aparece como que ele vai... ele vai conseguir aprender? Né? O que tá sendo passado pra ele né? Digamos assim... Vamos falar... Os conteúdos que estão sendo trabalhados. Não só conteúdos, né? Valores... Mas ele tem que aparecer, risos. Se ele não aparecer não tem jeito.

O professor acima pontua, inclusive, a importância em repensar o trabalho e a proposta dos professores quando a escola apresenta o índice elevado de evasão. Então, se o aluno está frequente, a qualidade é melhor do que quando ele está infrequente? Alguns discordam: “Na qualidade da educação em si eu não acredito, mas no resultado quanto ao aluno, sim. Por participarem mais eles têm um maior aprendizado, mas na qualidade do ensino eu acho que não tem a ver.”

Na resposta acima, podemos inferir que o entrevistado acredita que, se o aluno está frequente, conseqüentemente ele tem a oportunidade de aprender e apreender mais o conteúdo transmitido em sala de aula. No entanto, sua presença não garante que a qualidade do ensino oferecido seja melhor ou pior. Em contrapartida, uma das entrevistadas acredita que o PBF tem dado mais condições materiais aos alunos e, segundo ela, isso auxilia bastante. Por outro lado, muitos deles acabam não tendo o interesse em aprender e se preocupam apenas em manter o benefício. Ela sugere que o “controle” do programa seja realizado de forma diferente. Segundo a entrevistada: “Não sei talvez, não sei

REVISTA PSIQUE, Juiz de Fora, v. 2, n. 3, p. 35-51, jan./jun. 2017

sugerir um método, mas talvez fosse cobrado de outra forma, não a presença, mas talvez o desempenho do aluno no sentido de aprendizagem, não é? Mas isso aí é muito, não é tão simples assim.”

Em suma, torna-se notório, a partir dos índices de pesquisas e dos relatos apresentados, que manter a frequência escolar como condição para recebimento do benefício produziu impactos importantes no que se refere à manutenção das crianças e adolescentes no âmbito escolar. Tal fato aparece como resultado positivo da política pública, uma vez que, estando no ambiente escolar, cria-se uma possibilidade para potencializar as ações da educação, principalmente as que intentam minimizar as vulnerabilidades sociais existentes. No entanto, a mesma relação não pode ser estabelecida diretamente com a garantia de que esses alunos e alunas, cujas famílias são beneficiárias do PBF, encontrarão na escola uma alternativa para a superação e enfrentamento das dificuldades contextuais relacionadas à pobreza.

Como foi mostrado, o benefício do PBF é repassado para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Portanto, deveria ser lógico o entendimento de que tais famílias não deveriam somente receber a renda ofertada, mas também serem alvo de ações específicas da educação que compreendam a complexidade de suas situações e criem vínculos das mesmas com a instituição de ensino.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no estudo realizado, a educação apresenta-se de forma substancial no que se refere à formação de cidadãos brasileiros, mas principalmente na erradicação, a longo prazo, da grave situação socioeconômica que assola grande parte do Brasil. É notória a relevância de que a presença de crianças e jovens nas escolas é fundamental para viabilizar o aprendizado. A qualidade da educação, no entanto, ocorrerá a partir da qualificação dos profissionais como protagonistas na formação da cidadãos brasileiros.

No que tange à qualidade, a mesma deve ser consideravelmente satisfatória, para que, dessa forma, ocorra a inserção dos jovens no mercado de trabalho e o rompimento da transgeracionalidade da pobreza. Vale lembrar que esta é uma política intersetorial que, para que ocorra seu pleno

desenvolvimento, setores como trabalho, educação, saúde e segurança devem operar no sentido de garantir direitos e acesso à qualidade de vida. Dessa forma, o PBF torna-se apenas uma das vias para que o objetivo inicial do Programa seja alcançado e, assim, tornar os beneficiários independentes do mesmo. A partir dos resultados obtidos na pesquisa em questão, o PBF tem percorrido um caminho que traz marcas relevantes para a história da construção de acesso aos direitos no Brasil, no entanto é preciso dar mais voz àqueles que deveriam ser protagonistas na formação e elaboração de políticas públicas aos quais se destinam.

Nesse sentido, os profissionais que dedicam sua atuação ao público-alvo de programas como os descritos, tais quais psicólogos/as, por exemplo, devem estar conscientes de tal realidade, participando ativamente no desenvolvimento de projetos e políticas públicas que visem ao aprimoramento das ações que se dediquem à promoção de direitos e autonomia nas esferas da educação e da assistência social. Talvez eles não consigam promover a total mudança nessa realidade estrutural na qual vivemos, porém, ao colocar o seu saber teórico e prático a serviço da educação, é possível transformar estruturas.

BOLSA FAMÍLIA: A REFLECTION ON THE CONDITIONALITY OF SCHOOL ATTENDANCE AND THE IMPACT ON EDUCATION OF YOUNG PEOPLE.

ABSTRACT:

The Bolsa Família Program (PBF) is a public policy implemented in 2003 by the Brazilian Federal Government, characterized by the transfer of income that has the objective of promoting economic aid to the population living in extreme poverty and break the transgenerationality of the same. To achieve these proposals, the PBF adopts conditionalities related to education and health, as the requirement of 85% school attendance, continuity of vaccination, nutritional monitoring and prenatal of the beneficiary families. Based on this context, this study aims to analyze the implications of school attendance conditionality in the quality of education of young people through interviews with teachers of a public school in the city of Juiz de Fora. It is shown, from other studies, a reduction in the number of avoidance, increased school attendance and an increase in the number of children and adolescents enrolled since the

implementation of the program. From the analysis and discussions proposed in this study enabled a qualitative understanding of the impact of this income transfer policy in education, from the point that school attendance as a conditionality of the PBF, does not necessarily guarantee quality education for beneficiaries, but from the knowledge and awareness of professional / teachers, can achieve effects on the quality of education.

Keywords: Bolsa família, public policy , education, conditionality.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Antonio. Direito de habitação às classes de baixa renda. **Ciência e Trópico**, Recife, v. 1, 1986.

AMARAL, Ernesto Friedrich de Lima; MONTEIRO, Vinícius do Prado. **Avaliação de Impacto das Condicionalidades de Educação do Programa Bolsa Família**. Rio de Janeiro. v. 56, p.531-570, 2013.

ÁVILA, Milene Peixoto. **O Bolsa Família e a Pobreza no Brasil: avanços e limites**. São Paulo, 2008.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável.: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.15, n.42, p. 123-142, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1741.pdf>.> Acesso em: 10/10/2016.

BEZERRA, Zedeki Fiel; SENA, Fernanda Alves; DANTAS, Maria dos Santos; CAVALCANTE, Alden Rodrigues; NAKAYAMA, Luiza; DE SANTANA, André Ribeiro. **Comunidade e escola: reflexões sobre uma integração necessária**. Curitiba: Revista Educar. n.37, p. 279-291, 2010.. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n37/a16n37.pdf>. Acesso em: 10/10/2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Acompanhamento da frequência escolar de crianças e jovens em vulnerabilidade: condicionalidades do programa bolsa família**. Brasília, 2010.

CAMARGO, Pedro Cavalcanti; PAZELLO, Elaine Toldo. **Uma análise do efeito do Programa Bolsa Família sobre o desempenho médio das escolas brasileiras**. V. 18, n. 4, p. 623-640, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/14138050/ea388&pid=S>

| **REVISTA PSIQUE, Juiz de Fora, v. 2, n. 3, p. 35-51, jan./jun. 2017**

141380502014000400003&pdf_path=ecoa/v18n4/03.pdf&lang=pt>. Acesso em: 11/10/2016.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. **A pobreza como um fenômeno multidimensional**. V. 1, n. 2 2, p. 1-12, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S167656482002000200003&pid=S167656482002000200003&pdf_path=raeel/v1n2/v1n2a03.pdf&lang=pt>. Acesso em: 11/10/2016.

DOURADO, Luis Fernandes. Fracasso escolar no Brasil: Políticas, programas e estratégias de prevenção ao fracasso escolar. In: **Elaboração de políticas e estratégias para a prevenção do fracasso escolar** – documento regional. Ministério da Educação, Brasília, 2005. Disponível em: <[file:///C:/Users/Desktop/Downloads/sistema_nacional_formacion_profesores%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Desktop/Downloads/sistema_nacional_formacion_profesores%20(1).pdf)> Acesso em: 10/11/2016.

ESTRELLA, Juliana; RIBEIRO, Leandro Molhano. **Qualidade da gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família: uma discussão sobre o índice de gestão descentralizada**. Rio de Janeiro, p.625-641, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S003476122008000300009&pid=S003476122008000300009&pdf_path=rap/v42n3/a09v42n3.pdf&lang=pt Acesso em: 9/10/2016.

GUIMARÃES-IOSIF, Ranilce. **Educação, pobreza e desigualdade no Brasil: impedimentos para a cidadania global emancipada**. Brasília: Liber Livro, 2009.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Sinopse estatística**, Brasília, 2009.

KLEIN, Rubem. **Como está a educação no Brasil? O que fazer?** Rio de Janeiro. v.14, n.51, p. 139-172, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n51/a02v1451>> Acesso em 9/10/2016.

MONNERAT, Giselle Lavinias et al. Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12 n 16, p. 1453-1462, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S1413-81232007000600008&pid=S1413-81232007000600008&pdf_path=csc/v12n6/v12n6a06.pdf&lang=pt> Acesso em: 12/10/2016.

OLIVEIRA, L.; SOARES, S. **O impacto do Programa Bolsa Família sobre a repetência: resultados a partir do cadastro único, projeto frequência e censo**

escolar . Brasília: IPEA, 2013.

SANTOS, Caetano dos; ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **Pobreza, conceitos, mensuração e enfrentamento no Brasil**. Anais 5ª Jornada Internacional de políticas públicas. São Luís: UFMA, 2011. Disponível em: < http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/DESIGUALDADES_SOCIAIS_E_POBREZA/POBREZA_CONCEITOS_MENSURACAO_E_ENFRENTAMENTO_NO_BRASIL.pdf> Acesso em 12/10/2016.

SILVA, Anderson Paulino; BRANDÃO André; DALT, Salete. Educação e Pobreza: o impacto das condicionalidades do Programa Bolsa Família. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 296-313, 2009. Disponível em: < <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1587/1435>> Acesso em 8/10/2016.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de Renda no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva** vol.12 no.6, p.1429-1439. Rio de Janeiro Nov./Dec. 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n6/v12n6a04.pdf>> Acesso em 13/10/2016

SILVA JUNIOR, Luiz Honorato da; SAMPAIO, Yony. Notas sobre pobreza e educação no Brasil. *Problemas Del Desarrollo*, México, v. 41, n.163, 2010.

SCHWARTZMAN, Simon. Os desafios da educação no Brasil. In: **ResearchGate**, setembro de 2015.